

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 106

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE AGOSTO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Edson Strapasson e Antonio Baratter.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/98, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 575/97, que declara de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro nesta Capital. RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 163/98

Curitiba, em 27.05.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 375/97, dessa Presidência, e de comunicar Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 575/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelo simples fato da entidade não preencher plenamente os requisitos necessários para sua declaração como de Utilidade Pública, conforme estabelece a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, em seu art. 1º, inciso IV.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 575/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.11.97.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Da documentação que anexamos à presente proposição, depreende-se que atende ple-

namente aos requisitos da legislação que regulamenta a concessão dos títulos de Utilidade Pública, motivo pelo qual esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 013/98

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 575/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar constatamos que o Veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (art. 71, § 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.98.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa esclarece aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contém a expressão “sim”, os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar, utilizando para votação, as cédulas que contém a expressão “não”.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, consulto Vossa Excelência se é possível fazer encaminhamento da discussão desse Veto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo para encaminhar.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, estamos sendo pego com um certo espanto porque, que me recorde, é a primeira vez que estamos aqui, desde que fomos eleito Deputado, tenha um veto a um projeto de lei de declaração de Utilidade Pública, aliás, essa Assembléia Legislativa tem por tradição já na Comissão de Justiça resolver todos os problemas do ponto de vista regimental e legal, dos documentos das entidades que querem se declarar de Utilidade Pública. Passando pela CCJ, e aliás, diga-se de passagem, os nossos eminentes relatores da Comissão de Justiça têm sido ciosos, caprichosos, no sentido de exigir os documentos completos de

todas as entidades, tanto é que esse Plenário vota Utilidade Pública sem grandes preocupações, quando muito para acertar uma Redação aqui ou lá, porque efetivamente acredita nesse capricho que é trazido da Comissão da Justiça e Redação.

Então, me espanta muito o Governo do Estado fazer esse veto e mandar para a Assembléia Legislativa de Utilidade Pública Central de Movimentos Populares, que é uma central que atua há muito tempo na organização dos movimentos populares, na associação de moradores, tem pessoas responsáveis, tem estatuto, tem RG, ou melhor, CGC, e tem prestado inúmeros serviços, informação política, etc. E me parece que o veto do Governo tem uma conotação meramente política e não técnica que deveria nortear o veto do Governo. Gostaria de ler para os Senhores Deputados os motivos que o Governo coloca apenas em uma página do ofício.

(Lê):

“OF/CLT/SEEG Nº 163/98

Curitiba, 27 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 375/97, dessa Presidência, e de comunicar Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 575/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelo simples fato da Entidade não preencher plenamente os requisitos necessários para sua declaração como de Utilidade Pública, conforme estabelece a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, em seu Art. 1º, inciso IV.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado”

Veja que ele coloca ao contrário do interesse público pelo simples fato de preencher os requisitos necessários. Está errada a justificativa. Se não preenche interesse público e alega motivos que não atenda a lei deveria colocar por inconstitucionalidade ou ilegalidade, que é uma dos motivos de você vetar um projeto de lei. Quem foi prefeito, quem atuou no Executivo sabe, ou você veta por não atender ao interesse público, ou por ilegalidade, inconstitucionalidade. E aqui veja bem, o ofício diz assim: “Não atender o interesse público pelo simples fato da entidade não preencher os requisitos necessários”. Está errado, tem um erro de redação gravíssimo aqui nesse

ofício do Governo do Estado mostrando, ou o Governo interpretou mal, ou o governo ideologicamente não quer o projeto de declaração de Utilidade Pública, caberia um recurso.

Portanto, Senhores Deputados, pediria ao Líder do Governo, isso é uma situação extremamente séria em que pese uma coisa simples que é uma Utilidade Pública, gostaria de fazer um empenho a essa Assembléia, em homenagem a Assembléia Legislativa, que tem cumprido através da Comissão de Justiça todos os rigores da lei com relação a declaração de Utilidade Pública, e também a esse Plenário pelo respeito que tem entre nos Parlamentares, que efetivamente derrubamos esse veto do Governo do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, discordamos da posição do ilustre Parlamentar que encaminhou favorável à derrubada do veto, e gostaria só que o Deputado se ativesse à Lei nº 69/94, de 10.01.68, foi aonde o Governador Jaime Lerner baseou-se para vetar o projeto. A justificativa dada pelo Ilustre Parlamentar para manter o veto não tem consistência porque a Lei nº 69/94, no seu inciso 4º, ela é clara. Vou fazer aqui a leitura do inciso, e pedir aos Deputados que votemos pelo sim para mantermos o veto do Senhor Governador. O inciso 4º diz o seguinte: "Que comprovadamente mediante relatório apresentado promove a educação, a assistência social, ou exerce através de atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive, artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório". Foi baseado em cima desse inciso que o Governador Jaime Lerner vetou esse projeto, no qual peço aos Senhores Deputados que votem pelo sim, pela manutenção do veto.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Parece-me que o voto do Governador tem um cunho puramente ideológico. As questões lidas pelo Deputado Rossoni são gerais. Por exemplo, na assistência social podemos enquadrar a Central de Movimentos Populares, que tem uma série de ações a serviço de mutuários, deserdados, desempregados, de pessoas que moram em favelas, de ações coletivas. Uma entidade transparente reconhecida nacionalmente e o Governador veta. Se fizermos um levantamento nessa Casa de todas as entidades que mereceram essa Lei de Utilidade Pública, Deputado Valdir Rossoni, o Senhor concordará comigo que o veto do Governador tem um cunho única e puramente ideológico. Faço um apelo aos Senhores Deputados que esse veto não tem sentido e que nós votemos contra o veto. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, comprometemos a fazer um

levantamento geral de todas as entidades que receberam nessa Casa título de Utilidade Pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Convido ao Senhor 1º Secretário, Deputado Strapasson, que proceda a chamada nominal para a votação do veto oposto ao Projeto nº 575/97, lembrando aos Senhores Deputados que a permanência do veto, cédula "sim". A derrubada do veto, cédula "não".

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, quero fazer uma proposta: não poderíamos adiar esse veto para a votação na próxima sessão. E que nos permitisse um acordo, junto com a bancada do Governo e um estudo minucioso da central, para que chegássemos a um acordo. É muito ruim para entidade que esse veto seja aprovado. Faço uma sugestão ao líder do Governo, se ele aceitar, que retiremos hoje, o veto da pauta e possamos, através de uma comissão, fazer uma discussão com a bancada governista, para chegarmos a um acordo, neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa não recebeu nenhum tipo de requerimento dessa parte.

O SR. PÉRICLES MELLO

Se houver concordância do Líder do Governo, faremos um requerimento para retirar o veto da pauta de hoje. Talvez, Deputado Rossoni, possamos chegar a um acordo desse fato.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Pela Ordem?
(Assentimento)

Não concordamos com o pedido do Deputado e pedimos para Vossa Excelência que coloque o veto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em regime de discussão e de votação.

O Senhor 1º Secretário, por gentileza, proceda a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edson Strapasson)
(Procede a chamada nominal)

Trinta e oito Deputados votaram, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Designo para a escrutinação dos votos, os Deputados: Élio Rusch, Hermas Brandão e Ângelo Vanhoni.

(Procede a escrutinação dos votos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa anuncia o resultado da votação:

Vinte e dois (22) Senhores Deputados votaram com a cédula “sim”.

Quinze (15) Senhores Deputados votaram com a cédula “não”.

Um (01) Senhor Deputado com a cédula em branco.

Está mantido o veto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar na CIRETRAN de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Vila Romana, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 25, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 364, 380, 382 e 397/99.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Beto Richa, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Antonio Belinati, Cesar Seleme e mais o Deputado Chico Noroeste. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 416/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 415/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 414/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 411/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 171/99 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 344/99 de autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 273/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 367/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 077/99 de autoria do Deputado Beto Richa. O Deputado Relator Antonio Belinati REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 413/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 409/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 330/99 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 222/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 306/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Antonio Belinati; 15) Projeto de Lei nº 319/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 386/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 405/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 401/99 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 400/99 de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 396/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 372/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 387/99 de autoria do

Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 287/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. O Deputado Relator Nereu Moura REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 323/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 355/99 de autoria do Deputado Pérciles Holleben de Melo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 296/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 418/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 314/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO- Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária